

DEVERES DA PRÁTICA DE ESTÁGIO

Christian Dennys Monteiro de Oliveira

Editor - Geosaberes
cdennys@gmail.com

O lançamento desta nova edição da GEOSABERES nos conduziu ao destaque de uma prática a *imagem e semelhança* da formação docente: o dever de estagiar. A Revista reuniu um conjunto de vivências investigativas das etapas do aprender ensinando, sem as quais o mundo escolar vê-se desprovido de qualificação do trabalho docente. Neste sentido é que capturamos o aconselhamento de Paulo Freire ao lembrar-nos, na 3ª parte do livro *Pedagogia da Autonomia* que o ensino, como especificidade humana, *exige* compreender o ato educativo uma forma de intervenção no mundo. Assim justifica o Mestre:

Ao reconhecer que, precisamente porque nos tornamos seres capazes de observar, de comparar, de avaliar, de escolher, de decidir, de intervir, de romper, de optar, nos fizemos seres éticos e se abriu para nós a probabilidade de transgredir a ética, jamais poderia aceitar a transgressão como um direito. Mas como uma possibilidade. Possibilidade contra que devemos lutar e não diante da qual cruzar os braços. Daí a minha recusa rigorosa aos fatalismos quietistas que terminam por absorver as transgressões éticas em lugar de condená-las. Não posso virar conivente de uma ordem perversa, irresponsabilizando-a por sua malvadez, ao atribuir a “forças cegas” e imponderáveis os danos por elas causados aos seres humanos. (FREIRE, 1996, 39 disponível em http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/Pedagogia_da_Autonomia.pdf)

É nesse sentido de “transgressão” em busca de uma ética de enfrentamento que a experiência sistemática de estágio à docência – particularmente nos cursos de Licenciatura – vem abandonando a burocracia das assistências para firmar sua densidade propositiva. Afinal, é oportuno relembrar o caráter híbrido dos Estágios Curriculares Supervisionados como “atividade de campo” e “disciplina teórico/prática”. Quanto melhor e mais profunda for sua experiência didática, mais o estagiário compreenderá a associação letiva de dois professores (orientador, na academia e supervisor, na escola) a fim de instrumentalizar seu pleno aproveitamento profissional. Seguindo o intervencionismo positivo de Paulo Freire, dois professores forjam a capacitação de um novo professor (licenciando), para que o mesmo, no mais legítimo exercício do direito educacional (ensino-aprendizagem), sinta-se no dever de forjar-se educador. Um sujeito capaz de chegar ao mundo da escola como um mero estudante universitário em busca de uma vaga de estágio, vencer obstáculos e ali permanecer, transformando-se. Até encerrar tal processo, ciente de que a turma, com a qual interagiu, pode “estagiar” com ele uma Geografia bem mais significativa.

Não se trata de confirmar uma prática de direito discente. Mesmo porque diversas disciplinas, na matriz curricular do acadêmico, já confirmaram tal direito a essa altura. Trata-se, isto sim, desenvolver a projeção profissional máxima na incorporação de um dever. Um marco pedagógico propositivo, acionado no estágio e jamais desativado. Como seria bom se assim ocorresse com todas as educadoras e educadores presentes, em caráter efetivo ou temporário, no mundo escolar! Existe alguma maneira de olhar as Escolas e seus arredores a fim de reabastecer tal esperança? Os textos aqui publicados não nos respondem, mas cooperam na prática teórica com tais reabastecimentos.

O artigo *Estágio Curricular Supervisionado em Geografia III: Reflexões de Experiências Vivenciadas na EEFM Joaquim Alves, Fortaleza – CE* abre esta edição dimensionando o debate sobre os desafios profissionais com os recursos didáticos, destacando o papel alternativo dos textos jornalísticos e literários. O texto seguinte, *Coleta Seletiva e Reciclagem como Cultura Ambiental no Contexto Escolar*, centrado na problemática do gerenciamento/reciclagem do lixo, pauta sua investigação na leitura nos débitos das práticas docentes interligadas por um projeto de intervenção ambiental na escola. Já o 3º trabalho explora a *Informática na Educação: Ensaio Teórico e Formas*

de Utilização, mostrando em diferentes etapas do estudo a eficácia relativa do uso de jogos digitais na sala de aula.

Mantendo a tônica central dessa nossa análise, o estudo *O estágio-Docência em Geografia e Leitura das Redes que configuram a Paisagem Urbana Contemporânea*, avança para a reflexão conceitual e metodológica da prática docente, alertando à necessidade de não se descartar o contexto urbano do âmbito onde a educação acontece. Os textos seguintes se afastam relativamente do mundo da escola para ler, complementarmente, certas escolaridades culturais do mundo. Notadamente na religiosidade - *Religião, Ensino e Geografia: Propondo Atividades para ensinar Religião no viés geográfico* – e, na pesquisa de tratamento predominantemente qualitativo: *Pesquisa Qualitativa no Ensino de Geografia: Discutindo Qualidade*. Ambos abertos à utilização de abordagens humanistas na ciência geográfica.

O último artigo *A Maquete como Ferramenta Facilitadora do Processo Ensino e Aprendizagem em Geografia: Um estudo de caso na Escola Ney Rodrigues de Vasconcelos, Timon/MA* retorna às metodologias de diálogo entre os aplicativos virtuais e a construção plástica do espaço.

Fechamos a 9ª edição com uma leitura crítica: *Resenha do Livro Morar na Metrópole, viver na praia ou no campo*. O trabalho do geógrafo Tadeu Alencar Arrais (UFG), acessível no site da editora da Universidade, é analisado como um rico instrumental aos alunos de graduação e pós. E desde já, pode também representar um autêntico lembrete ao “Dever” docente: qualificar o estágio de licenciatura sem um denso e diversificado repertório de leituras geográficas não mais tem cabimento algum. O Dever do Estágio é plena práxis e mais um pouco!